



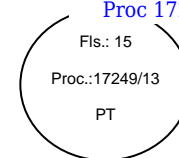
PROCESSO Nº: 17249/2013

APENSO Nº: 054.000.389/00 - PMDF

ORIGEM: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF

ASSUNTO: PENSÃO MILITAR

EMENTA: Pensão militar instituída pelo Soldado PM ALCIMI MARCOS VIEIRA COSTA, em virtude de sua exclusão da Corporação a bem da disciplina (morte ficta). Suspensão do benefício *ex vi* o Ofício nº 105/2004-GAB/PRG. Restabelecimento por força de decisão judicial, já transitada em julgado. Sefipe sugere diligência. Ministério Público endossa a sugestão. **Voto convergente, sem prejuízo de três adendos, a saber:** 1) que o benefício seja calculado proporcionalmente (com base no tempo de serviço do ex-militar) e não de forma integral, como vem sendo pago; 2) que o CEL QOPM Paulo Roberto de Holanda Cavalcanti, responsável pela concessão em tela, seja chamado para, querendo, apresentar razões de justificativa, diante da possibilidade de ser apenado, por ofensa ao princípio da publicidade; 3) que a pensionista também seja chamada aos autos para, querendo, apresentar defesa com vistas à manutenção do pagamento do seu benefício de forma integral.



RELATÓRIO

Tratam os autos da pensão militar instituída pelo Soldado PM ALCIMI MARCOS VIEIRA COSTA, em virtude de sua exclusão da Corporação a bem da disciplina (morte ficta).

Esse tipo de concessão (pensão instituída por militar excluído da Corporação até 04.09.2001, a bem da disciplina, isto é, por morte ficta) foi referendado pelo TCDF por meio da Decisão nº 5.465/2001, prolatada no Processo nº 389/2001.

Com base na aludida Decisão nº 5.465/2001, este Tribunal, reiteradas vezes, considerou legais diversos atos de pensões instituídas por militares na mesma situação. Citem-se, como precedentes, entre tantos, os Processos nºs 5.550/1994, 5.551/1994, 6.493/1994 (Decisões nºs 1.700/2004, 4.903/2003, 2.212/2004, respectivamente).

Após a MP nº 2218/01, que deu origem à Lei nº 10.486/2002, entretanto, o TCDF, conforme Decisão nº 3.046/2007, proferida no Processo nº 7.879/2006, firmou o entendimento de que não mais subsistia a possibilidade de concessão de pensão militar por morte ficta.

In casu, o fato gerador da pensão é anterior à referida MP 2.218/01, o que asseguraria aos beneficiários do instituidor a percepção da pensão.

Nada obstante, *ex vi* o Ofício nº 105/2004-GAB/PRG, a pensão foi anulada, suspendendo-se o correspondente pagamento.

Inconformada com a situação, a esposa do ex-militar buscou, com êxito, socorro judicial (Processo/TJDFT nº 2004.01.1.037256-4). A decisão a ela favorável já transitou em julgado.

Diante desse cenário, o Corpo Técnico procedeu à análise que lhe cabe da seguinte forma:



10. (...) propõe-se baixar os autos apensos em diligência, para que a Corporação retifique o ato de fl. 25 – apenso, com o objetivo de: a) consignar que a presente concessão, que decorreu de Sentença Judicial proferida no Processo TJDFT nº 2004.01.1.037256-4, transitado em julgado em 09.03.2012, fundamenta-se nos artigos 7º, inciso I, 9º, § 3º, e 20, parágrafo único, da Lei nº 3.765/1960 (regulamentada pelo Decreto nº 49.096/1960); 71, alínea “a”, da Lei nº 6.023/1974, e 141 da Lei nº 7.289/1984, combinados com os artigos 40, §§ 7º e 8º, e 42, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998; b) excluir o demonstrativo financeiro da pensão militar.

11. No que pertine aos proventos pensionais, considerando que a aludida sentença judicial de fl. 61 – apenso determinou o restabelecimento da pensão que era paga, no caso, à esposa do instituidor, conclui-se que eles devem continuar sendo apurados na forma prevista, originalmente, no ato concessório de fl. 25 – apenso, ou seja, com base no soldo integral de Soldado PM (graduação do extinto militar).

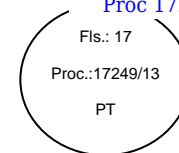
12. Registre-se, no entanto, que o título de pensão de fl. 26 - apenso não foi apresentado em conformidade com o que dispõe a Decisão Normativa TCDF nº 02/1993, pois nele não consta a discriminação das parcelas que compõem os proventos pensionais. Assim, a Corporação deve também elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 26 - apenso, adequando-o às disposições da Decisão Normativa TCDF nº 02/1993.

13. O tempo de serviço prestado pelo ex-militar foi de 14 anos, 03 meses e 17 dias, sendo 13 anos, 04 meses e 06 dias prestados à Corporação e 11 meses e 11 dias ao Exército Brasileiro (fl. 13 - apenso), segundo a certidão de tempo de serviço de fl. 21 - apenso.

14. Vale salientar que o pagamento do presente benefício foi autorizado pelo então Diretor de Inativos e Pensionistas da PMDF, CEL QOPM PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI, em 02.05.2000, data do ato de fl. 25 - apenso, a contar de 02.03.2000.

15. Contudo, o militar nominado no parágrafo anterior, em afronta ao princípio constitucional da publicidade, deferiu a pensão em comento sem a respectiva publicação no DODF, tendo em conta que o ato de fl. 25 – apenso, bem como o de fl. 64 – apenso, somente foram publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 07.12.2011; tampouco observou o prazo limite de 60 (sessenta) dias para encaminhamento da concessão ao órgão de Controle Interno, ex-vi do disposto no artigo 2º da Resolução TCDF nº 101/1998.

16. Todavia, considerando que, no presente caso, não houve prejuízo ao erário, pois, conforme foi comentado anteriormente, a concessão em análise é de fato devida, nos termos da Decisão nº 5.465/2001, proferida no Processo nº 389/2001, esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIPE) deixa de sugerir a notificação do citado militar.



As sugestões à Corte estão alinhadas às fls. 4/5.

Em parecer do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, o Ministério Público endossa as sugestões apresentadas.

É o relatório.

VOTO

Também concordo com as providências reclamadas pelo Corpo Técnico. Todavia, a que se refere à necessidade de elaboração de outro título de pensão será deixada para outra fase. Em seu lugar, outras medidas serão cobradas da jurisdicionada. Explico.

Tenho por necessário, preliminarmente, fazer três observações, quais sejam: 1) o benefício, no meu entender, deve ser calculado proporcionalmente ao tempo de serviço do ex-militar e não de forma integral, como vem sendo pago; 2) o CEL QOPM Paulo Roberto de Holanda Cavalcanti, responsável pela concessão em tela, deve ser chamado aos autos para, querendo, apresentar razões de justificativa, diante da possibilidade de ser apenado, por ofensa ao princípio da publicidade; 3) a pensionista, Sra. Patrícia Gianni de Oliveira Costa, também deve ser chamada aos autos para, querendo, apresentar defesa com vistas à manutenção do pagamento do seu benefício de forma integral.

Considerando que ainda se discute se os estipêndios pensionais da interessada serão calculados de forma proporcional ou integral, parece-me despiciendo, neste momento, exigir a confecção de outro título de pensão apenas para adequá-lo à Decisão Normativa/TCDF nº 02/93.

Por outro lado, das observações vistas acima, surge a necessidade de a PMDF adotar outras medidas. Se não vejamos.



Por algum tempo, o Tribunal oscilou a respeito de como deveria ser pago o benefício de pensão por morte ficta: proporcionalmente, considerando o tempo de serviço do militar que instituiu a pensão, ou integralmente, uma vez que a morte ficta poderia ser equiparada à morte natural do militar pertencente aos quadros das Corporações.

Diante dessa indefinição, a matéria foi rediscutida nos autos do Processo nº 17249/13, tendo esta Corte acolhido o voto do Conselheiro Paiva Martins, vazado nestes termos:

(...)

11. *Em obediência a decisão acima transcrita, o Corpo de Bombeiros Militar do DF elaborou o ato concessório fls. 124 do processo apenso retificando o fundamento legal da concessão. No entanto, verifica-se que o novo Título de Pensão (fls. 125 do processo apenso) não contemplou o cálculo integral da pensão, razão pela qual a Instrução sugere a legalidade da concessão com determinação para correção posterior do título de pensão, nos termos da alínea “b”, do inciso II da Decisão nº 7.629/09 suso transcrita.*

12. *O Ministério Público, por seu ilustre Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, dissentindo do Corpo Técnico, opina pela permanência da proporcionalidade dos proventos, em face do que finaliza sua manifestação, nos termos seguintes:*

“18. Nada obstante, retomando-se o caso concreto, cabe reiterar que a interessada logrou êxito em demanda judicial com vistas à continuidade na percepção da pensão. Todavia, sequer a decisão judicial cogitou de se proceder à integralização do benefício, na medida em que se concedeu “a liminar, para que o pagamento seja mantido” (fl. 47 – apenso), nos exatos termos do pedido do patrono da Autoria (fls. 87/88 – apenso), ratificado na Sentença de mérito quanto ao “direito à continuidade do pagamento da pensão militar, bem como a abstenção de cobrança dos valores já percebidos, confirmando a liminar em todos os seus termos” (fl. 93 - apenso), confirmada em sede recursal (fls. 65 re 94/105 – apenso).

19. Por conseguinte, considerando-se que o Tribunal já tomou “conhecimento das providências adotadas pela Corporação para restabelecer o pagamento da pensão militar, que guardam conformidade com a decisão judicial transitada em julgado, que lhes deu causa” (item I da Decisão nº 7.629/2009 (fl. 19), nesta oportunidade, nada obsta que considere regular a referida concessão, na forma preconizada pela Inspeção, desconsiderando, todavia, a sugestão contida no item III de fl. 24 que pugna pela integralização da pensão em voga, notadamente pelo fato de que deve ser mantida a forma de cálculo proporcional engendrada



pela Corporação e mantida pelo Poder Judiciário, na esteira dos precedentes da Corte de Contas retrocitados, o que implica em se dispensar o cumprimento do item II, alínea “b”, da Decisão nº 7.629/2009.”

13. *As questões atinentes à “morte ficta”, neste Tribunal, estão superadas a partir da Decisão nº 3.046/2007-CRR¹: “após o advento da Lei nº 10.486/2002, não mais subsiste a possibilidade de concessão de pensão militar por morte ficta”.*

14. *Por outro lado, os proventos das pensões deferidas em razão da exclusão do militar das fileiras da Corporação tem recebido da Corte diversos entendimentos, ora pela integralidade e ora pela proporcionalidade ao tempo de serviço.*

15. *Conforme transcrevo abaixo, além da decisão exarada nestes autos, a Corte já proferiu outras no mesmo sentido (**integralidade dos proventos**):*

- Decisão nº 13.903/95-CJEB, proferida no Processo nº 6.493/94:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência preliminar para que a Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote o seguinte: a) retificar a Portaria de 11/11/94 (fl. 16), para incluir em sua fundamentação legal os artigos 40, parágrafo 5o, e 42, parágrafo 10, da Constituição Federal, nos termos do Acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal - STF no Agravo Regimental em Mandado de Injunção no 274-6-DF, publicado no DJ - Seção I, de 3/12/93, pág. 26.356. Observar o disposto no item I, da Decisão Normativa-TCDF no 02/93, publicada no DODF de 24/9/93, pág. 26; b) elaborar outro título de pensão militar, em substituição ao de fls. 17/18, calculando a pensão com base na totalidade da remuneração ou dos proventos do militar instituidor do benefício (arts.40, parágrafo 5o, e 42, parágrafo 10, da Constituição Federal), tornando sem efeito o título substituído de fls. 17/18, se for o caso; c) indicar a data da publicação no DODF do ato concessivo (fl. 16); d) comprovar o exercício da atividade policial-militar e a conclusão de curso equivalente, para fins de percepção das gratificações de indenização de compensação orgânica e de habilitação militar, nos termos dos Decretos nos 10.645/87 e 11.308/88, respectivamente; e) anexar aos autos o último contracheque do ex-militar, para comprovação do valor da última remuneração ou proventos (arts. 40, parágrafo 5o, e 42, parágrafo 10, da CF/88).”

¹ DECISÃO Nº 3.046/07-CRR: “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - dar provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público junto à Corte; II - reformar a Decisão nº 6.217/2006, para considerar que, após o advento da Lei nº 10.486/2002, não mais subsiste a possibilidade de concessão de pensão militar por morte ficta; III - com fundamento na Súmula nº 347 do Supremo Tribunal Federal e nos precedentes daquela Corte (ADI-MC 2364 - AL, ADI-MC 776 - RS e ADI-MC 1291-DF, ADI 2.118-MC, RE 290.776, ADI 2.113-MC, ADI 2.170,) considerar que o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486, de 04.07.2002, inserido mediante iniciativa parlamentar, não guarda conformidade com a Constituição Federal (63, inciso I), por configurar usurpação do poder de iniciativa reservado ao Senhor Presidente da República; IV - dar ciência desta decisão ao Chefe do Poder Executivo distrital e aos Senhores Procurador-Geral e Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que votou pelo improvimento do recurso, no que foi seguida pelo Conselheiro JORGE CAETANO.”



- Decisão 6.257/05-CMV, exarada no Processo nº 2.436/79

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, determinou a baixa do processo em diligência preliminar, para que a Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - retifique o ato de fls. 121/122, para: a) incluir em sua fundamentação legal os arts. 50 e 53 da Medida Provisória nº 2.218/2001; b) excluir a referência aos valores do benefício; II - apure os valores da pensão militar não pagos à beneficiária, indevidamente suspensos por meio da Portaria DIP de 05/03/04, publicada no DODF de 10/03/04, em atendimento aos Pareceres nºs 157/2000 e 273/2000, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, citados à fl. 136, e providencie o devido pagamento à interessada; III - elabore novos títulos de pensão, em substituição aos de fls. 144/145, para que seja alterado o valor dos proventos após a reversão da pensão militar de proporcionais para integrais; IV - torne sem efeito os documentos substituídos.”

16. No entanto, o Ministério Público ressalta que em outros tantos casos o Tribunal exarou decisões no sentido de que os **benefícios** deveriam ser **calculados proporcionalmente**, ao tempo de serviço prestado pelo ex-militar:

- Decisão nº 5.080/07-CJC, exarada no Processo nº 3.153/04:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a VANDA VIEIRA CORRÊA LIMA, viúva, e a LEONARDO FATEL DE LIMA, filho do Subtenente PM Reformado VALDECIR CRUZ DE LIMA, visto à fl. 31, retificado às fls. 33, 39, 59 e 73 dos autos apensos; II - recomendar à Polícia Militar do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme indicado a seguir, o que será objeto de verificação na forma prevista na alínea "d" da Decisão TCDF nº 10.085/99: a) elaborar Títulos de Pensão, em substituição aos de fls. 74/77 do Processo nº 054.001.316/99-apenso, observando os termos do item XVII do art. 7º da Resolução nº 101/98-TCDF e a Decisão Normativa nº 02/93, para: a.1) alterar o percentual da Gratificação de Tempo de Serviço (GTS) de 20% para 15%, tendo em conta que o tempo de serviço prestado pelo instituidor à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (775 dias), não pode ser contado para fins da apuração do percentual dessa vantagem, consoante o disposto no § 1º do artigo 122 da Lei nº 7.289/84; a.2) retificar o valor da Gratificação de Condição Especial de Trabalho (GCET) de R\$ 409,16 para R\$ 429,63 (21/30 avos do valor integral dessa parcela: R\$ 613,75); b) corrigir, nos proventos atuais dos pensionistas, o percentual do Adicional de Tempo de Serviço (ATS) de 20% para 18%, em face do solicitado na alínea "a.1"; c) **promover o ressarcimento dos valores pagos indevidamente aos pensionistas, nos termos do Enunciado nº 79 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal, considerando ter ocorrido, no caso, erro crasso de procedimento por parte da Corporação - tendo em vista que, a partir de 01.10.01, o pagamento do benefício pensional foi efetuado com base no soldo integral de Subtenente, em vez de 21 cotas de soldo de Subtenente PM (proporção da concessão), além de ter sido pago***



indevidamente o Adicional de Tempo de Serviço no percentual de 20% -, fazendo constar dos autos os documentos comprobatórios correspondentes, e respeitando-se a prescrição quinquenal nos termos da Decisão nº 6.657/2006, prolatada no Processo nº 746/2004; III - autorizar: a) a devolução do processo apenso à origem; b) o arquivamento dos autos.”

- Decisão nº 7.329/08-CMV, proferida no Processo nº 6.525/07:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, determinou a baixa do processo apenso em diligência preliminar, para que a Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I – retifique os atos de fls. 27/28 e 42/43, para incluir na fundamentação legal os arts. 7º, inciso II, 9º, § 1º, e 20, parágrafo único, da Lei nº 3.765/60, 71, alínea “b”, da Lei nº 6.023/74, e 141 da Lei nº 7.289/84, além da Portaria Interministerial nº 2.826/94, c/c os arts. 40, §§ 7º e 8º, e 42, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, atentando para o disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; II - elabore novos títulos de pensão, em substituição aos de fls. 29/32 e 77/82, respeitando a data de vigência tanto da concessão inicial quanto da revisão da pensão, e atentando, ainda, para o disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; III – junte aos autos a certidão referente ao tempo de serviço prestado às Forças Armadas pelo ex-militar, a fim de comprovar os 10 meses e 13 dias averbados.”

- Decisão nº 2.267/09-CRCC, exarada no Processo nº 15.470/07:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Corporação adote as seguintes providências: I) retificar os atos de fls. 30/31 e 69 do Processo nº 054.000.489/2001, com o propósito de: a) incluir, na fundamentação legal, o inciso II do artigo 7º e o § 1º do artigo 9º da Lei nº 3.765/1960, além dos artigos 71, alínea “b”, da Lei nº 6.023/1974, e 141 da Lei nº 7.289/1984; b) substituir a expressão: que é igual a 12 (doze) cotas do soldo pela frase: correspondentes a 11 (onze) cotas de soldo de Soldado PM, tendo em vista que a causa da concessão em apreço (exclusão do instituidor das fileiras da Corporação) não consta dos motivos arrolados pelo artigo 126 da Lei nº 7.289/1984, razão pela qual os beneficiários não fazem jus ao arredondamento previsto pelos artigos 59, parágrafo único, e 126 da Lei nº 7.289/1984; II) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 70 do Processo nº 054.000.489/2001, para que os proventos sejam apurados com base em 11 (onze) cotas de soldo de Soldado PM; III) tornar sem efeito os documentos substituídos; IV) acompanhar o andamento da ação judicial referente ao Processo TJDF nº 2002.01.1.085277-9, ajuizada pelo extinto Soldado PM JAIR ESPINDOLA DE ALMEIDA, até o seu trânsito em julgado, cujo resultado deve ser informado ao Tribunal, bem como as providências adotadas para o seu atendimento.”



- Decisão nº 6.862/09-CSPM, proferida no Processo nº 17.855/07:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à Polícia Militar do Distrito Federal, para que a jurisdicionada, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I. retificar o ato de fls. 134/135 do processo apenso para: a) excluir: 1) o demonstrativo financeiro da pensão, haja vista que condizente com o título de pensão; 2) os textos: “na forma do artigo 5º, parágrafo 1º, do Decreto nº 49.096/60 e com base nas Decisões nº 10.696/95, prolatada na 3110ª Sessão Ordinária do TCDF, Processo nº 054.003047/92, da interessada ALZENIRA ALVES MIRANDA, e nº 6624/94, na 3044ª Sessão Ordinária desta Corte de Contas, Processo nº 054003189/90, dos interessados VANESSA FASSHEBER DA SILVA e outros” e “ou seja, 14 (quatorze) cotas referentes a 13 (treze) anos, 11 (onze) meses e 28 (vinte e oito) dias, de efetivo tempo de serviço”; b) incluir os arts. 40, §§ 7º e 8º, 42, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 20/98, e os arts. 7º, inciso I e 20, parágrafo único, da Lei nº 3.765/60, e ainda a Portaria Interministerial EMFA nº 2.826/94; II. elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fls. 136/137 do processo apenso, tornando-o sem efeito, de modo a apresentar as parcelas do montante pensional, vigentes em 01.01.01, atentando que às cotas de soldo devidas à pensionista correspondem a 14 (quatorze); III. corrigir no SIAPE as cotas de soldo devidas à pensionista para 14 (quatorze), bem como as demais parcelas que se fizerem necessárias.”

- Decisão nº 7.570/09-CRR, exarada no Processo nº 15.453/07;

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a jurisdicionada adote as seguintes providências: I - retificar o ato de fl. 102 do Processo nº 054.000.140/2001, com o propósito de: a) substituir a referência ao inciso II pelo inciso I do artigo 7º da Lei nº 3.765/1960; do § 1º pelo § 3º do artigo 9º desse mesmo diploma legal, bem como da alínea “b” pela alínea “a” do artigo 71 da Lei nº 6.023/1974; b) excluir o demonstrativo financeiro da pensão, consoante as disposições da Decisão Normativa nº 02/1993 - TCDF; II - tornar sem efeito o item II da Portaria DIP de 01.04.2004, publicada no DODF de 27.03.2007 (fl. 92 do Processo nº 054.000.140/2001), bem como dos títulos de pensão de fls. 94/95, também do Processo nº 054.000.140/2001; III - autenticar a cópia do Certificado de Reservista de 1ª Categoria de fl. 97 do Processo nº 054.000.140/2001; IV - elaborar, após o cumprimento da prescrição anterior, nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fl. 96 do Processo nº 054.000.140/2001, que deve ser tornada sem efeito, assim como à de fl. 32 do mesmo processo, incluindo o tempo de serviço prestado pelo instituidor ao Ministério do Exército (342 dias), cujo tempo total de serviço passa a ser de 5.192 dias, equivalentes 14 anos, 02 meses e 22 dias.”



17. *Diante deste contexto, considero necessário que se determine à 4ª ICE que passe a observar procedimento que leve à uniformização de jurisprudência na referida questão.*

No caso concreto, no entanto, a razão está com o douto Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE conforme explicitado nos parágrafos 18 e 19 de seu Parecer (suso transcrito) e nesse sentido é o meu VOTO.

Desse voto originou-se a Decisão nº 4355/10, *in verbis*:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das providências adotadas pela Corporação para restabelecer o pagamento da pensão militar, que guarda conformidade com a decisão judicial transitada em julgado, que lhes deu causa (inciso I da Decisão nº 7.629/09; (...)) IV. recomendar à 4ª ICE que envide esforços no sentido de que passe a observar procedimento que leve à uniformização de jurisprudência na referida questão.

As mais recentes decisões deste Tribunal, como, por exemplo, a de nº 1932/13² (Processo nº 6479/07) são no sentido de que, em se tratando de pensão por morte ficta, o cálculo dos estipêndios deve levar em consideração o tempo de serviço do militar.

Diante desse cenário, penso que, se a decisão judicial não determinar a forma de cálculo de benefício – proporcional ou integral -, como, aliás, o foi a decisão deste caso concreto (na sentença nem sequer fez menção à forma de calcular o benefício, restringindo-se a assegurar à interessada o direito de percepção da pensão militar), os estipêndios pensionais devem ser calculados proporcionalmente ao tempo de serviço do ex-militar.

Nada obstante, privilegiando os princípios da ampla defesa e do contraditório, será dada oportunidade de, previamente, a interessada manifestar-se nos autos, com vistas à manutenção do pagamento do seu benefício de forma integral.

Por fim, não endosso a posição da Sefipe de não sugerir a notificação do CEL QOPM Paulo Roberto de Holanda Cavalcanti por afronta ao

² O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: (...) b) consoante as disposições do art. 121, § 1º, inciso I, da Lei nº 7.289/84, o tempo de serviço prestado pelo instituidor ao Ministério do Exército (10 meses e 20 dias) pode ser computado na apuração tanto do percentual do Adicional de Tempo de Serviço (ATS) quanto do número de cotas de soldo, **tendo em conta serem os proventos da concessão em exame proporcionais ao tempo de serviço prestado pelo ex-militar (...).**



princípio da publicidade. O fato de ter dado ou não prejuízo ao erário somente deve servir para calcular a dosimetria da pena que eventualmente possa ser-lhe imputada, jamais para descaracterizar aquela falha.

Como visto, urge que a PMDF adote as providências cabíveis para que possam vir aos autos as defesas da pensionista e do responsável pela concessão ora em exame.

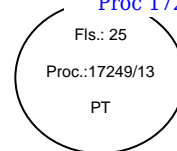
Pelo exposto, acolhendo, com adendos e ajustes, as sugestões do Corpo Técnico e do *Parquet*, VOTO no sentido de que o Plenário determine o retorno dos autos à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), em diligência, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a Corporação adote as seguintes providências:

I - retificar a Portaria/DIP de 02.05.00 (fl. 25 – apenso) com o objetivo de:

1) consignar que a presente concessão, que decorreu de sentença judicial proferida no Processo/TJDFT nº 2004.01.1.037256-4, transitada em julgado em 09.03.2012, fundamenta-se nos artigos 7º, inciso I, 9º, § 3º, e 20, parágrafo único, da Lei nº 3.765/1960 (regulamentada pelo Decreto nº 49.096/1960); 71, alínea “a”, da Lei nº 6.023/1974; e 141 da Lei nº 7.289/1984, combinados com os artigos 40, §§ 7º e 8º, e 42, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998;

2) excluir o demonstrativo financeiro da pensão militar;

II – contatar a pensionista, Sra. Patrícia Gianni de Oliveira Costa, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, apresentar defesa junto a esta Corte de Contas com vistas à manutenção do pagamento de seu benefício de forma integral;



III - notificar o militar signatário da Portaria/DIP de 02.05.00, publicada no DODF de 07.12.11 (fl. 25 – apenso), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, querendo, apresente suas razões de justificativa pelo deferimento da presente pensão em desacordo com o princípio constitucional da publicidade (o ato demorou mais de 11 anos para ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal), ante a possibilidade de aplicação de sanções previstas no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2013.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator